

# HOMOGENEIZAÇÃO DE PRÁTICAS CONTÁBEIS

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO
2. CENÁRIO ATUAL DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS
  - 2.1. GÊNESE DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO
  - 2.2. GLOBALIZAÇÃO E PRÁTICAS CONTÁBEIS: UM UNIVERSO EM TRANSFORMAÇÃO
3. PROBLEMÁTICA DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS: DIVERSIDADE OU SINGULARIDADE
4. CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTRA-NACIONAIS
5. CONCLUSÃO
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

## 1. INTRODUÇÃO

A globalização presente hoje na discussão dos problemas sociais abrange os mais diversificados níveis e dimensões de estudos voltados para a compreensão dos fenômenos originados nas sociedades capitalistas (IANNI, 1995).

Ela representa um novo patamar de interpretação condicionado por um processo histórico que ao longo de séculos confundiu-se com fatos que modificaram os rumos da vida do homem no planeta. Pensá-la, neste sentido, a partir do processo das práticas contábeis, seria então resultado de profundas transformações que evoluíram no tempo e no espaço, adquirindo as mais diferentes formas e níveis em contextos relacionais diversificados. Nosso ponto de partida concentra-se na consolidação de uma fonte produtora de sentido que ratifica a “diferença”, aqui entendida a partir da instituição de um estado nação como eixo irradiador de sentido e agente principal da solidificação de uma identidade, permitindo a cada cultura uma trajetória diferenciada na sua história (ORTIZ, 1996).

Essa constatação é persistente quando se analisam as contribuições dos organismos nacionais e internacionais para a homogeneização das práticas contábeis (MARTINS, 1991). Constata-se uma tendência universal a irradiação de procedimentos originários nos países sedes de grandes conglomerados corporativos que constituem a cerne do processo de globalização dos mercados (SÁ, 1989).

Dessa forma a globalização seria entendida como um processo evolutivo do próprio contexto sócio-cultural inicialmente com a solidificação de vários núcleos

próprio contexto socio-cultural, inicialmente com a convergência de vários núcleos transmissores de um sentido a partir da institucionalização de várias comunidades (TONNIES, 1977), seguida por um choque inter-cultural entre diferentes eixos irradiadores, cada um com sua especificidade e sentido próprio, estabelecendo relações antagônicas e conflituosas e, finalmente, a concretização em última instância de um processo onde esses núcleos idealizadores se interpenetram estabelecendo novos processos de dinâmica social (ORTIZ, 1996).

## **2. CENÁRIO ATUAL DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Nos últimos 25 anos os conceitos de "globalização", "ciência" e "cultura" se entrelaçaram criando um novo campo de estudo na discussão dos problemas sociais, políticos e econômicos que permeiam a vida do homem em sociedade.

Para explicar a internacionalização dos fenômenos que se originaram no seio das sociedades desenvolvidas, as questões relativas aos diversos processos de articulação social contemporâneos ganharam novas categorias de estudos ante o contexto da globalização ( IANNI, 1995 ).

As práticas contábeis como um desses processos , ante o fenômeno da globalização dos mercados, ganharam destaque no meio científico contábil uma vez que se apresentaram como um real inesperado e impensado, para o que não tem ordem de significado, haja visto que os princípios científicos e doutrinários que permeiam o universo da ciência contábil não acompanharam na mesma intensidade o prodigioso desenvolvimento tecnológico responsável pelas introduções de novos métodos e processos de gestão nos mais diversificados segmentos da economia mundial, fragilizando o conhecimento científico contábil e a universalização de suas práticas na contabilidade. Na realidade não haveria como a ciência contábil produzir novas teorias que justificassem e generalizassem fatos contábeis ainda não ocorridos. Se por um lado eles devem necessariamente anteceder seus registros, por outro a dinâmica e a instabilidade com que se processam na realidade patrimonial em ambiente globalizado acabaram por condicionar suas materializações a outros critérios que fogem e extrapolam a noção de homogeneidade trazida pela Globalização.

Assim, os fatos contábeis tornam-se fruto de um processo cultural eminentemente diversificado, influenciado por circunstâncias locais ou exógenas, que fogem ao controle dos sistemas econômicos vigentes no planeta, apresentando-se como oportunidades para algumas nações e imposições para outras, que afetam ou alteram, em certos momentos, sua própria produção cultural.

Entretanto, com a globalização avassaladora neste final de século o que

vem predominando são os interesses dos grandes investidores internacionais que através de grandes companhias multinacionais tentam mudar a realidade e o papel do estado-nação e da cultura de vários povos, inclusive a partir da homogeneização das práticas contábeis, de maneira que facilitem os seus acessos a mercados diversificados que ainda resistem ou apresentam forte tradição local, que nega a mudança trazida pelo processo de Globalização?

### **2.1 - GÊNESE DO PROCESSO DE GLOBALIZAÇÃO**

No nosso entendimento o processo de globalização, presente no fim deste milênio, pode ser explicado a partir de dois pensamentos distintos: inicialmente, pela crise mundial no sistema produtor de mercadorias, em razão do esgotamento do padrão de industrialização de vários países, o que gerou reflexos imediatos no sistema financeiro do mundo - crise no padrão ouro-dolar -, propiciando mudanças na configuração político-geográfica do planeta, desestruturando a ordem ideológica mundial e monetária internacional, obrigando as nações de centro a uma redefinição de espaços de atuação frente essa nova realidade, (KURZ, 1993 ). A primazia ideológica passou a ser comercial.

A dinâmica deste processo, apontaria para uma problemática eminentemente inter-nacional, que culminou, entre outras consequências, com a transnacionalização de grandes capitais privados instituindo uma nova lógica corporativa de origem eminentemente global e não regional, como muitos autores apontavam. Essa lógica tinha como principal alvo os estados emergentes, inclusive países do terceiro mundo, que se constituíam mercados potenciais destinados a uma relação espaço temporal consumista e que apresentavam, em períodos intercalados, dolorosos processos políticos-ideológicos "revolucionários". Essa lógica, portanto, apesar do caráter global que desempenhava, aproveitava-se, por assim dizer, de uma crise de identidade dos estados-nações relegando a segundo plano as consequências desses fatos sócio-globais no contexto das realidades estruturais destas nações.(1)

O estabelecimento de relações antagônicas entre nações protagonistas e países fragilizados dentro da realidade da globalização, propiciou o aparecimento de diversos problemas sociais internos de ordem econômica e estrutural, culminando com surtos de reafirmação nacionalista e certas tendências protecionistas, dentro de alguns Estados, conscientizando-lhes para a necessidade de uma nova configuração político-econômica que resultou na busca da complementaridade. Assim essas sociedades redirecionaram seu discurso para a questão da modernidade de suas economias,

optando por operar estratégias bilaterais de inserção no cenário econômico mundial, aumentando o poder de barganha frente a terceiros, ampliando as exportações e a competitividade a nível internacional (2). É interessante notar que essa parceria paradoxalmente se processa em um instante insuperável: o da globalização; e se concretiza com a formação de blocos regionais estabelecendo assim uma nova dimensão nas relações "centro" - "periferia" que acabou reafirmando o processo globalizante. Um bom exemplo disso é a tendência a desestatização da nacionalidade continuamente levada a cabo pelos governos nacionais.

Secundariamente, a problemática da globalização ganha toda sua radicalidade quando além do descentramento das relações sociais ante o cenário da internacionalização, a reflexão abriga outra concepção à cerca dos fenômenos de interação presenciados neste processo. Nesta, não se trata mais de apenas identificar historicamente as contribuições, consequências ou causas da inter-nacionalização, mas sim de extrapolar os limites antes concebidos às noções de centro e periferia, dentro e fora, dominantes e dependentes, desenvolvidos e subdesenvolvidos, para uma novo patamar de interpretação: a intra-nacionalização; ensejando uma redefinição ideológica e imaginária diante do cenário que trouxe consigo o aparecimento de novos atores sociais ( as S.A.'s ).(3)

Somente sob essa óptica de análise é que pode ser mensurada a influência, participação e consequências destes grandes conglomerados nas realidades internas de cada cultura, uma vez que são eles os grandes responsáveis pelas transformações ocorridas no mundo.

Passa-se então de um estágio onde a interpretação e o entendimento devem extrapolar os limites de compreensão das sociedades nacionais e de suas relações sociais com outras sociedades, para uma dita "sociedade global", onde os antagonismos de outrora dão lugar aos interesses desses grandes grupos corporativos infiltrados nas realidades internas de cada cultura, nas mais variadas formas, níveis e dimensões.

*"Um terço da capacidade produtiva mundial no setor privado está sob controle direto ou indireto de corporações transnacionais. Quase 37.000 delas com 206.000 subordinadas em todos os continentes foram responsáveis por investimentos totalizando 2 trilhões de dólares no ano de 1992. Seus ativos no exterior geraram transações comerciais no montante de cinco e meio trilhões de dólares. As 100 maiores transnacionais tem a sede em nações desenvolvidas, sendo que a metade de suas subsidiárias se localizam no chamado terceiro mundo. O World Investment Report de 1994 comenta que "o esvaziamento dos princípios de*

## Homogeneização de Práticas Contábeis

*O World Investment Report de 1994 comenta que o resurgimento dos princípios da economia de mercado e sua quase universal aceitação, assim como a mudança de atitude de governos nacionais quanto a privatização, constitui o quadro que possibilita florescente investimento de capitais privados, inclusive das multinacionais"(4).*

Dessa forma a tendência ideológica da globalização remete-nos a conceber os espaços como linhas de forças capitalistas, onde a idéia de fronteira torna-se ultrapassada e espaços físicos constituem territórios desenraizados (desterritorializados e reterritorializados). Estes espaços são atravessados por forças diferentes que alteram a noção de lugar, instituindo uma "falsa" universalização de uma sociedade global (cosmopolita) e portadora de identidade própria. Neste nível de relação entre sociedades culturalmente complexas, as noções de identidade social e etnia (5) foram sobrepujadas por expressões mais generalizantes como identidade global, tribalização planetária, mundialização da cultura, entre outros, a fim de reafirmar um universo de representações coletivas de caráter eminentemente transversal, não linear, assimétrico, desigual e dialético, que ratifica esta nova fase do processo de acumulação capitalista.

Entretanto, se a problemática da globalização trouxe a tona a necessidade de uma visão holística de um padrão civilizatório particular, pertencente a "modernidade-mundo", ensejou também, num momento inicial, a adequação de critérios de análise nas mais diversas esferas, aos fenômenos originados do contacto inter-cultural entre aqueles grandes conglomerados institucionais e culturas distintas. Esses contactos se traduzem pela emergência de processos de representação coletiva produzindo novos símbolos, imagens, objetos e significados, a partir da orientação de uma sociedade global, exigindo, portanto, que qualquer análise social deva iniciar de uma racionalidade de práticas vigentes, a fim de que novos padrões sejam observados no contexto dessas sociedades, possibilitando a sua compreensão e significado como práticas socialmente aceitas.

É a partir desse enfoque preliminar que a investigação privilegia neste estudo a adoção das práticas contábeis como práticas sociais redefinindo seu sentido, mensurando sua validade e identificando sua função, importância e utilidade para a ciência, no mundo globalizado.

Diante de tais afirmações, que papel desempenham esses novos atores sociais (as instituições financeiras, comerciais e industriais) na sociedade global, principalmente em razão dos avanços tecnológicos na área da informação, transportes e automação fabril? Como repensar as práticas contábeis e sua universalização ante

o contexto globalizado em que atuam essas grandes empresas multinacionais? Como e em que nível acontece o feedback de tais práticas no mundo globalizado? Que níveis de racionalidade podem ser identificados entre as diferentes sociedades na adoção de práticas homogêneas?

Nossa proposta é tratar o espaço como um conjunto de planos atravessados por processos sociais diferenciados ante o fenômeno da globalização dos mercados de valores, identificando suas consequências imediatas para o universo contábil.

## **2.2. GLOBALIZAÇÃO E PRÁTICAS CONTÁBEIS: UM UNIVERSO EM TRANSFORMAÇÃO**

Esses fatos tem exigido uma redefinição metodológica à luz de novas posições teóricas que alteraram o mundo contábil. Essas transformações são responsáveis por uma nova configuração entre o mundo exterior e o aziendal impondo uma dinâmica contábil que alterou as relações entre o patrimônio e sua própria competência para a satisfação plena das necessidades dos empreendimentos. Isso se deu em consequência dos avanços tecnológicos, que por sua vez, possibilitaram a ampliação qualitativa e quantitativa de processos produtivos, aprimorando e acelerando a distribuição e instituindo novos padrões de consumo que alteraram o comportamento do mercado global que se tornou mais exigente, consumista e competitivo, obrigando a adequação de novos estudos sobre o fenômeno da obsolescência. Muito mais que "ter", como sinônimo de resultado e riqueza no mundo das aziendas, o "poder usar" tornou-se imprescindível para a obtenção de resultados.

A crescente concorrência resultado de níveis elevados de produtividade e competitividade, obrigou os grandes conglomerados corporativos a alargar seus espaços de atuação na busca de nichos de mercados reservados anteriormente por medidas protecionistas. A quebra de barreiras comerciais iniciou com a concentração de grandes capitais por todo o planeta, ensejando análises sócio-financeiras comparativas entre corporações e resultados integrativos de grupos e sua transposição para a realidade contábil.

Outro fenômeno mais recente que sucedeu a invasão das grandes multinacionais foi a proliferação de pequenas e médias empresas que graças a concretização de comunidades econômicas regionais, estão se expandindo por todo o mundo através de parcerias, joint-ventures, participação societária, franchising e subcontratação.

Esses fenômenos trouxeram para o campo contábil a necessidade de

entendimento das peças contábeis e alterações substanciais de comportamento das atividades ( SÁ, 1989:21).

Essa agilidade do mercado, muito influenciada pela agilidade das comunicações, acabou requerendo uma redefinição dos estudos sobre o crescimento dos riscos, quer sobre a forma de investimentos ou financiamentos. A luta contra a perda tornou-se tão importante quanto a produção de resultados positivos.

Somado a isso, o crescimento das fraudes, corrupções e sonegação fiscais, contribuíram para a conscientização da necessidade de instituir novos métodos e instrumentos de controle respaldados em uma tecnologia contábil ágil e passível de dúvida, de forma que traduza a veracidade dos fatos de maneira confiável e precisa, suprimindo os usuários de informações a fim de auxiliá-los no processo de tomada de decisão.

Contudo, como possibilitar o atendimento de ditas necessidades uma vez que as informações contábeis são produzidas em cima de práticas originadas em contextos relacionais diversificados?

Estaria assim a ciência contábil e seus princípios universais subordinada simplesmente a apreciação de diferentes técnicas pelos universos interessados no manuseio dessas informações ? Tais práticas, como comenta MARTINS, ficariam condicionadas a se reproduzir apenas no sentido de divulgar práticas adotadas internamente, com a responsabilidade da remontagem das demonstrações contábeis cabendo ao usuário ?. Este é que passaria a se especializar em efetuar essas reelaborações?

Aquí atingimos o cerne do problema: no mundo globalizado como suprir as necessidades de grandes investidores institucionais que garipam por todo o mundo os mercados que lhes dêem segurança, boa rentabilidade e oportunidades de negócios, dos investidores que aplicam diretamente no capital das empresas tornando-se seus acionistas, dos investidores de outros títulos de um modo geral, se há nos quatro cantos do planeta um tratamento diferenciado para as mesmas peças contábeis?

### **3. PROBLEMÁTICA DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS: DIVERSIDADE OU SINGULARIDADE**

A origem dessa realidade não nos é estranha uma vez que as práticas contábeis fazem parte de um contexto sócio-cultural universal, condicionado por um processo histórico que ao longo dos séculos sofreu profundas transformações que alteraram as idéias, crenças, a ordem social e política instalada. São exemplos desses

marcos o renascimento, o Iluminismo, a revolução francesa, industrial e tecnológica. Essas transformações ao se concretizarem, cada uma com sua especificidade e época, no seio das sociedades comerciais, proporcionaram o clima para o desenvolvimento das atividades econômicas, o surgimento de poderosos estados nacionais, um tempo de ceticismo, crescente laicização e de declínio da autoridade, que alteraram o uso de instrumentos de controle e registro das atividades mercantis (MELLO, 1982:75).

Dentre esses fenômenos marcantes, o aparecimento de uma fonte produtora de sentido assumiria um universo ideológico fundamental para as relações capitalistas. Para a concretização desse objetivo, era preciso que Ela encarnasse o ideal desses eixos transformadores que se processavam em períodos intercalados, propiciando o aparecimento de novos processos de articulação social.

As práticas contábeis, como fato social, portanto, condicionadas por um processo histórico que aqui concebe o aparecimento do estado nação como instrumento disseminador de uma uma fonte produtora de sentido, tem sua trajetória inserida à construção gradativa de uma identidade nacional sob a égide das sociedades modernas. Inicialmente desenvolveu-se desde a antiguidade em pequenos núcleos transacionais através de atos isolados e distintos que privilegiavam o "local" como fonte de propagação de uma consciência coletiva. Para Linton entendida como: *"a massa de valores, associações e reações emocionais, em grande parte inconscientes, que dão a cultura sua vitalidade e fornecem aos indivíduos os motivos para aderir aos padrões culturais e praticá-los"* (LINTON, 1973:360). Este núcleo reafirmaria a condição de cada cultura una e indivisa, limitada às fronteiras de sua territorialidade, caracterizando-se por sua função integradora, assim como exerceria um controle sobre as mudanças internas e externas ao seu território, preservando sua identidade. Estariam assim fixadas as bases determinantes de um caráter nacional.

Concepção semelhante encontramos entre sociólogos da escola culturalista que atribuíam a constituição de uma caráter nacional ao resultado de uma transposição de manifestação individual, condicionada como um produto do processo socializante, para uma identidade coletiva, podendo assim ser concebida como a cultura partilhada pelos seus membros. Todavia, ao atribuir a noção do caráter nacional outra dimensão, a partir de estudos centrados na análise estrutural de grupos primitivos e sua projeção para o universo mais amplo das sociedades nacionais, os antropólogos norte-americanos possibilitaram novas perspectivas de estudos marcadas pelos limites da nacionalidade. Teria assim cada cultura, um núcleo expressão de sua identidade, cuja a base material seria o estado nação.

A superação de uma visão essencialista do social, como HEGEL e FANON construíram, só é concebida com a noção de identidade sendo apreciada como: "uma



construam, se é conhecida com a noção de realidade sendo apreendida como "uma espécie de lugar virtual, a qual nós é indispensável para nos referirmos e explicarmos um certo número de coisas, mas que não possui na verdade uma existência real" (LÉVI-STRAUSS, 1977:332). Essa virtualidade desloca o olhar analítico da configuração do ser, de seu caráter, para fixá-los nos aspectos relacionais do problema que enfrentamos (ORTIZ, 1997:75). A identidade, desse ponto de vista, seria uma construção simbólica, portanto fruto da história do homem e de suas relações concorrenciais e conflituosos, que se faz em relação a um referente, operando em contexto diversificados. Dessa maneira seria correto pensá-la na sua interação com outras identidades.

Uma maneira de entender esta afirmação é encontrada na sociedade industrial quando em razão do complexo processo de divisão de trabalho ela rompe com a segmentação entre classes sociais, obrigando seus membros a um maior grau de integração. A nação cumpre esse papel, ela representa uma totalidade que transcende os indivíduos, os grupos e as classes sociais. Nação e industrialismo passam a ter afinidades comuns.

Fundamentalmente as práticas contábeis quando ultrapassam àquela fase incipiente, centrada em territórios delimitados pela convivência grupal, para as cidades estados e finalmente ao estado nação, tenderam a consolidar-se como práticas institucionalizadas. Este fenômeno seria o reflexo da consolidação do papel do Estado na vida social, política e econômica do indivíduo. Muito mais que regulador e promotor dos direitos da propriedade, ele deveria propiciar os meios de articulação necessários para a criação de uma consciência coletiva, harmônica e integrada a partir de um eixo centralizador e irradiador que desenvolvesse um sentimento entre os grupos que ocupavam um mesmo território de forma a propugnar suas ações e ratificar seu papel hegemônico entre seus elementos constitutivos.

Num primeiro nível o advento das sociedades modernas, e aqui posso me referir que nação e modernidade são fenômenos convergentes, se dá com um dilatamento do espaço: circulação de pessoas, objetos, imagens, símbolos; de maneira que há um desdobramento do horizonte geográfico, uma ruptura dos liames estamentais, permitindo ao indivíduo livre circulação segundo sua condição e posição de classe. Contudo, imputando-lhe uma vontade coletiva: como cidadão de uma nação. Sua volição é contradita por algo que o transcende.

Essa condição seria fruto de uma construção cultural e ideológica que por si justificaria a constituição de padrões, normas e procedimentos contábeis diferentes entre as nações. Cada cultura defrontando-se com diferentes oportunidades oferecidas, em diferentes meios, seguiria também diferentes padrões de vida e institucionalizaria

diferentes formas de comportamento (BARTH, 1969:12).

Isto explicaria porque as questões legais, fiscais, comerciais e financeiras erigidas desde a consolidação de um eixo propugnador de sentido nacional adquiriram, nos mais diferentes países, dimensões e especificidades próprias, principalmente quando expostas ao processo de internacionalização

Num segundo nível, o mundo seria então vislumbrado a partir do inter-relacionamento de vários eixos irradiadores, cada um com seu sentido, comparado a uma comunidade, onde indivíduos compartilham igualmente do mesmo mundo e da mesma consciência coletiva estabelecendo relações antagônicas e conflitantes com outros núcleos ou sociedades (TONNIES, 1977:57). Essa constatação explicaria a disparidade existentes até pouco tempo atrás entre economias planejadas e capitalistas assim como sua extensão como fonte reprodutora de dominação.

Num terceiro nível, presenciamos o fenômeno de dilaceração do centro propulssor de irradiação do sentimento, da moral e cultura nacionalistas, a partir de um processo de desterritorialização que extravasa os limites das esferas nacionais para um plano mundial. Se antes a escola e o estado se constituíram em atores privilegiados na construção da identidade nacional, as agências que atuam no nível mundial favorecem a elaboração de identidades desterritorializadas (ORTIZ, 1977:86). Diante da globalização, o núcleo de cada cultura, isto é, o referente para a construção da identidade, perde sua centralidade. As fronteiras nacionais não conseguindo conter os movimentos identitários propiciam o aparecimento de circuitos entre grupos étnicos, classistas, separatistas e radicais que unificam consciências separadas pela distância e pelas nacionalidades. Assim a identidade perde sua posição privilegiada de fonte produtora de sentido, dando vasão a sua própria corrosão.

A civilização-mundo ao promover o entrelaçamento da sociedade através da desterritorialização, implodiu o sentido ideológico construído em torno da identidade nacional, expondo as diversas identidades contábeis a uma fragilidade estrutural técnica e legal. É evidente que nesse entrelaçamento multicêntrico há uma tendência natural das sociedades detentoras de hegemonia econômica mundial em irradiar idéias originadas em seus contextos para outros núcleos via imposição da própria dinâmica do mercado, inculcando em espaços relacionais diversificados, quer por via da acomodação ou assimilação, padrões de conduta que progressivamente seriam institucionalizados em suas realidades. A condição para a sobrevivência e existência de padrões originários internamente estariam subordinados a esforços permanentes de reconstrução de suas identidades.

Dessa maneira, a tendência à assimilação e a instituição de um caráter

homogeneizador entre as sociedades contábeis convergirá a patamares elevados de socialização de condutas e práticas universalmente aceitas.

Este caráter eminentemente ideológico apoiaria-se em uma nova fase de acumulação capitalista, caracterizada pelo estabelecimento de relações assimétricas, identificadas contemporaneamente como neo-liberais. Assim, essas sociedades perdem o sentido de suas próprias identidades em razão da inserção de padrões culturais alienígenas em suas realidades sócio-econômicas.

#### **4. CONTRIBUIÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTRA-NACIONAIS**

No intuito de contribuir para a homogeneização das práticas contábeis em todo o mundo, diversas instituições foram criadas a fim de projetos que resultassem em protocolos de aceitação universal fossem criados, tendo em vista o crescente processo de globalização da economia e finanças, neste fim de século.

Sem recorrer ao mérito da contribuição de cada uma delas no cenário globalizado da economia, alguns órgãos merecem especial atenção pela atuação desempenhada na busca de um protocolo comum às nações contábeis.

O IASC - International Accounting Standards Committee, vem tentando desenvolver um projeto de harmonização internacional de práticas contábeis, contando para isso com vários organismos de associações de profissionais que atuam na área contábil e ainda um corpo diretivo que responsabiliza-se pela apresentação de novas propostas, que abordando temas polêmicos apresenta-os ao comitê, que por sua vez, elabora minuta sobre o assunto, submetendo-a sucessivamente a apreciação dos vários órgãos de classe e entidades afins, e, finalmente, elaborando a NIC correspondente.

São exemplos de NIC emitidas formalmente pelo Comitê: contrato de longo prazo, leasing, subvenções governamentais, investimentos, entre outras.

O IOSCO - The International Organizations of Securities Comissions, entidade que congrega as CVM's mundiais, tem tido uma enorme preocupação com a necessidade da harmonização das práticas contábeis e, em especial, com as exigências para o registro das companhias abertas nas diversas bolsas de valores do mundo, a fim de facilitar a internacionalização de negócios com ações e outros valores mobiliários.

O IOSCO tem incentivado, juntamente com o IFC - International Finance Corporation, os diversos países no sentido de aceitar como parâmetro, as normas emitidas pelo IASC.

A ONU - Organização das Nações Unidas, através de um CT criado por

A ONU - Organização das Nações Unidas, através de um GI criado por ela mesma, resolveu investir no campo do levantamento e da harmonização das práticas contábeis dos seus países membros, principalmente em relação as companhias transnacionais.

O ISAR - Intergovernmental Working Group of Experts on International Standards of Accounting and Reporting, como é conhecido este grupo, tem como característica marcante a participação e poder de decisão dos países desenvolvidos, transparecendo um teor político nas determinações emanadas por este órgão.

Apesar de haver pontos semelhantes entre os objetivos do IASC e do ISAR, grandes são as disparidades existentes entre os próprios órgãos que almejam uma universalização das práticas contábeis. Isso tem se dado em razão da diferença de enfoque e tratamento contábil recebido aos mesmos fatos, porém originados em cenários culturais diferentes.

## **5. CONCLUSÃO**

Parece, que neste fim de milênio, o discurso da homogeneidade trazido pela idéia da mundialização social, constitui-se no cerne de todos os debates sobre globalização, ciência e práticas contábeis em culturas distintas. Não nos é estranho que no grande ideal desse intento repouse um sentido de pertencimento universal que estabeleça novos propósitos vinculantes, novos laços e atores sociais numa suposta integração global. Contudo, a estranheza repousa no modo como se processa a transposição de uma identidade local ou nacional para uma suposta identidade global ? Seria possível esse intento ?

No mundo ocidental onde a tradição judaico-cristã e o positivismo dominam todos os debates e discursões a cerca de nossa realidade, uma reconceitualização do sentido da identidade e do poder faz-se extremamente necessária.

A fragmentação produzida no mundo durante a última década, gerou hiatos a partir dos quais foi possível a emergência de novos polos de poder. Frente ao espaço global da transnacionalização e o espaço nacional desorientado, se construiu um espaço regional, reflexo do mercado, que delimitou uma nova integração.

Porém, em vez da identidade, o que se acentua, paradoxalmente, com o processo de globalização e a heterogeneidade, que ausente do projeto hegemônico do capitalismo, surge hoje como sistema desordenado e caótico.

É, na realidade, a discussão desse imaginário da homogeneidade o que vem à tona.

No meio deste panorama apareceram como uma tábua salvadora os projetos de regionalização, que no contexto do reducionismo economicista nasceram com frios acordos econômicos, porém cuja emergência modifica as condições originárias. Portanto, é impossível falar de identidade no mesmo sentido. Estes povos tentam integrar-se a partir de elementos similares que contrapõem toda lógica concebível, a partir da irradiação de comportamentos padronizados, gostos, preferências e hábitos, no intuito de alterar costumes locais, crenças e ritos tradicionais, porém diferentes em seus efeitos, trajetórias, interesses e antagonismos. Como conciliar estes aspectos em uma síntese compartilhada simultaneamente por todos? É impossível.

Sua articulação exige um grande esforço de imaginação, um desafio a criação ou pelo contrário corre o risco de cair no vazio.

As teorias positivistas e teológicas da história, que constituem o fundamento ideológico da cultura ocidental, simplificam o processo sócio-histórico a uma trajetória fria, regida pela providência ou por curiosas leis naturais da história, na qual os agentes sociais se limitam a cumprir seu restringido papel. Também eles, atravessados pelo conceito reducionista, são parte anônima de uma classe social ou indivíduo isolado onipotente, porém, em ambos os papéis seu fim está pré-determinado. Neste marco a sociedade foi pensada como efeito da soma de vontades conscientes, portanto, possível de ser configurada, garantindo sua total transparência e predizendo seu futuro. Contudo, estas visões não eram mais que um reflexo talvez último de um horizonte de pensamento dominado pelo mito judeo-cristão. Talvez restos de uma simbolização regida pela totalidade possível, visões estas que por sua vez receberam a denominação de mitos, por constituírem-se formas diferentes de vislumbrar o mundo que partiu da fragmentação e da combinação de visões abstratas que, a luz da lógica formal, resultam impossíveis e contraditórias ao não permitir a cristalização de uma visão única e verdadeira. Paradoxalmente, hoje nos encontramos com a urgência de buscar estes restos de significados enterrados para entender este mundo fragmentado e desequilibrado, reflexo de uma ilusão impossível.

Falar de identidade então pressupõe falar de exterior constitutivo. É neste sentido que se pode definir a contingência de toda identidade. No entanto, esses elementos exteriores pugnam por entrar modificando as relações. Toda identidade é relacional e se constitui como sistema de diferenças, aberto e deslocado, na medida que depende de um exterior que quando a nega, garante sua condição de possibilidade. O exterior, que configura e ameaça o sistema, enquanto fora, constitui o outro, a diferença.

Se destacarmos as diferenças entre os membros que conformam uma

comunidade (o sistema), o exterior se torna uma diferença a mais, se observarmos a diferença com o exterior (a cultura alienígena) as diferenças internas do sistema se estreitam e se estabelecem relações de equivalência entre os membros do mesmo. Em ambos os casos a identidade nos diversos sistemas diferenciais está em perigo. Em consequência toda identidade é sempre contingente, precária, incompleta e se constrói como resultado de sucessivas relações de equivalências e diferenças.

Os atores sociais devem ser pensados destes múltiplos atravessamentos que não se logram sintetizar definitivamente, que dão por resultado um sujeito que se define por suas posições. Não tenderá uma identidade a ser transparente e nem homogênea. Será ela protagonista de suas contradições e ao longo de sua vida irá construindo e desconstruindo sua própria identidade. A identidade é pensada então como um jogo constante de possibilidades e impossibilidades.

Não se pode conceber estas relações como se estabelecessem entre forças sociais específicas e autônomas a margem de toda relação de poder, pelo contrário, a definição de uma identidade é por si um ato de poder.

“A afirmação do caráter constitutivo de toda objetividade faz desta uma objetividade ameaçada. Portanto estudar as condições de existência de uma identidade supõe delinear mecanismos de poder que a fazem possível. No caso de uma identidade contábil universal supõe-se especialmente delinear-se as circunstâncias adversas que não permitiram antes sua constituição e os complexos mecanismos atuais que tratam de impedir seu surgimento, o que fundamenta que se trata sobretudo de uma identidade cultural que delinhei as múltiplas sobredeterminações, já que uma identidade objetiva não é um ponto homogêneo senão um conjunto articulado de elementos que sempre se constituem discursivamente e operam, por um lado, sobre o real produzindo efeitos e, por outro, permitindo a articulação de outros significados imprevisíveis.

Delinear-se o objetivo de uma emancipação global que pretenda erradicar conflitos e lutas de poder, constitui uma “utopia cerrada” que opera como oclusão das emancipações concretas que se dão no fluxo incessante da conformação de identidades novas e de articulações possíveis.

A articulação de novos espaços de atuação no marco da transnacionalização econômica abre a possibilidade da restauração de novas lutas democráticas onde o imaginário da igualdade total organizado em torno do discurso liberal-democrático já não é possível, pelo contrário, é necessário um replantio constante das diferentes relações de subordinação, da genealogia destas e da

reivindicação de novos direitos, o que provoca a emergência de novos sujeitos políticos e a transformação da própria subjetividade destes como consequência da ruptura de um imaginário que os concebe como unitários. Esta fragmentação múltipla possibilita o aprofundamento da revolução democrática.

A ruptura com a ficção de um sujeito social ou individual unificado e transparente permite o conhecimento dos antagonismos resultantes das distintas posições de sujeito e oferecem o marco teórico para aprofundar a idéia de uma sociedade democrática e pluralista resultado da dispersão discursiva dos sujeitos que são a condição para pensar a multiplicidade. Apenas se aceitarmos a impossibilidade de construir as posições do sujeito e o social sobre um princípio unitário, o pluralismo se tornará radical. É radical somente na medida em que cada um dos términos dessa pluralidade de identidades encontra em si mesma o princípio de sua própria validade, sem que esta deva ser buscada em um fundamento positivo transcendente (o subjacente) que estabeleceria a hierarquia e o sentido de todos eles e que seria fonte de garantia de sua legitimidade. Este pluralismo radical é democrático na medida em que a autoconstitutividade de cada um dos términos é a resultante do deslocamento do imaginário igualitário. É justo supor que não existe lógica alguma que determine o deslocamento.

É indubitável que a constituição de práticas homogêneas, não poderá dar-se se não no marco de uma democracia plural, que seria em primeiro lugar o resultado de uma luta pela supressão da automização de esferas que no contexto da região se envolvem multiabarcativas. O político, o social, o religioso, os costumes, o imaginário histórico, as múltiplas vozes dos espaços simbólicos, tudo se entrecruza e põe em jogo, provocando uma reestruturação permanente.

Porém, como não existe uma posição privilegiada que garanta a continuidade do processo que transforme os diversos espaços em um conjunto homogêneo, será necessário liberar uma luta permanente em virtude da qual se construirá e desconstruirá esta nova identidade que por si gera deslocamento discursivo e dos pontos nodais que permitem certos anudamentos de sentido desde onde se articularam novas significações.

É necessário também partir de um novo conceito de Estado que não reduza a Ele a quimera de que a expansão de seu papel soluciona todos os problemas, fundamentalmente nos países onde outras esferas estão historicamente debilitadas. Pelo contrário, a função dele será articular as diversas áreas favorecendo a autoafirmação e reconhecimento das mesmas, o que supõe deslocar-se do lugar de subordinação no qual se encontra. Se deverá deixar atrás todo reducionismo mecanicista que supõe a idéia de que desde as estratégias econômicas se geram

meccanicista que supõe a ideia de que essas as estratégias econômicas se geram efeitos políticos-sociais previsíveis, já que esta não é mais que outra manifestação do essencialismo. Muda também o conceito totalizador de revolução e esta se define pelo conjunto de lutas sobredeterminadas que se levam a cabo no seio do tecido social cuja finalidade é impedir a concentração do poder a partir da qual a sociedade seria organizada racionalmente.

Do que se trata é da produção de outra concepção de sujeito que não surja como emergente do individualismo possessivo ou de uma estrutura predeterminada. A idéia dos “direitos naturais” e a naturalização de certas formas como próprias do humano, deverão ser abandonadas, igualmente que a enganosa dicotomia indivíduo-sociedade. Não é possível nunca ter direitos individuais definidos de maneira isolada, senão somente em contexto de relações sociais que definem posições determinadas de sujeitos. Se tratará sempre de direito que envolvem outros sujeitos que participam da mesma relação social. Estes direitos democráticos portanto só podem ser exercidos coletivamente.

Estas considerações exigem também redefinir uma concepção de poder na democracia.

Para Claude Lefort “a diferença radical que introduz a sociedade democrática e que o sítio de poder passa a ser um lugar vazio e que desaparece a referência a um grande transcendente e com ele, a representação de uma unidade substancial da sociedade. Em consequência, há uma divisão entre a substância do poder, o saber e a lei e seus fundamentos não estão assegurados. Se abre assim a possibilidade de uma interrogação sem fim já que nenhuma lei pode ser totalmente fixada e seus fundamentos são postos em questão. Não é válida nenhuma representação de um centro da sociedade. A democracia inaugura a experiência de uma sociedade inapreensível, incontrolável, na medida em que o povo será proclamado soberano, porém na que sua identidade nunca será dada definitivamente senão que permanecerá latente.”

Os novos espaços definidos pela Globalização, supõe outras fronteiras e geram outros antagonismos. O desafio é lograr construir um âmbito suficientemente pluralista que permita articular as diferenças e a circulação dos novos sentidos construídos. Desta perspectiva o social não logra constituir-se nunca definitivamente (ou seja, conformar-se como totalidade cerrada e completa ) e pelo contrário a regra mesma que o regula é indecível. Toda decisão implica uma forma de exercer o poder, já que nada garantirá que o decidido goze de alguma característica peculiar que o faça mais factível ou de alguma hierarquização referente ao excluído. Portanto não se trata de uma eleição irracional, porque esta suporia situar-se na estrutura margem da



dicotomia razão-sem razão e pelo contrário a incerteza da própria estrutura se liga em uma racionalidade, definida assim como possibilidade permanente de institucionalizar ou politizar o social, que do contrário navegaria indefinidamente entre vagas possibilidades.

Em consequência a constituição de toda prática articulatória é sempre um ato de hegemonia, que não significa a realização de uma racionalidade estrutural que o precede senão um ato de construção radical. A indecibilidade, portanto, reside na estrutura mesma e toda decisão será a efetivação de uma possibilidade contingente e não pré-determinada pela estrutura. Toda eleição tomada a partir dela a subverte e transforma de maneira constante, isto significa que os agentes mesmos transformam sua própria identidade na medida em que atualizam certas possibilidades estruturais e rejeitam outras. Que uma decisão seja arbitrária, significa que o que a toma não pode ligá-la de maneira necessária a um motivo racional.

É esta operação que está na base de todas as relações sociais, porque se os grupos, frente a dijunções similares, escolhem caminhos diferentes isto cria antagonismos no seio da luta pelo poder. É por isto que conceber o social como totalidade suturada ou cerrada é somente efeito da cristalização imaginária de uma visão mítica, ou a fixação do fluxo constante do devanir que se detém em algum ponto que cria eternidade. É assim que toda objetividade do social pressupõe a repressão do que uma decisão exclui. No caso da cultura ocidental esta forma particular de repressão gerou violência porque negou outras crenças, outras formas de organização sócio-políticas ou outros sistemas de parentesco, atuando como se estas formas institucionais não existissem como opções, produzindo nos agentes sociais uma estranha sensação de impotência psíquica.

Portanto, toda nova configuração hegemônica modifica a identidade das forças sociais que a integram. É por isso que não podemos pensar a constituição de uma identidade global, como mera suma resultante de identidades prévias, senão pelo contrário, sua somente presença ou circulação significativa permite a configuração de uma identidade que por si transforma as anteriores e tenderá a efeitos de mudanças profundas em um futuro mediato e imediato.

O sujeito é quem impede o fechamento da estrutura, no entanto se constitui o lugar de uma decisão que aquele não determina. Isto significa que o sujeito é a distância entre a estrutura indecível e a decisão. É dizer, o ato da liberdade que ao impedir a sutura possibilita a criação. Portanto, toda opção tem um caráter fundante e implica um compromisso já que deve ser tomado em relação a indecíveis estruturas que toleram a repressão das decisões alternativas. Toda objetividade que resulte de

uma decisão tomada é então uma relação de poder.

Como podem os sujeitos sociais operar neste novo contexto aberto pelo processo de Globalização ? Aceitando as regras da aldeia global ? Desconhecendo estas regras e acentuando o nacional ou constituindo o espaço regional como atravessado entre a aldeia global e a nação, levando a cabo práticas articulatórias a fim de lograr uma complementaridade que permita superar as dificuldades nacionais e gere um melhor posicionamento no espaço global ? Se se opera com as regras do jogo da aldeia global é possível que se esteja apagando as particularidades nacionais e transnacionalizem as propostas perdendo de vista propósitos e correndo o risco de cair em homogeneizações impostas. Se se privilegiam os nacionalismos diminuem as possibilidades de articular os próprios interesses no espaço regional, borrando-se assim como sujeito. Se os espaços regionais transformam-se em espaços atravessados é possível entrecruzar o regional com o nacional e com os mecanismos da aldeia global desde uma tomada de posição política forte. Isto permitirá articular propostas abertas de particularidades complementares que por sua vez propiciam novas relações. Se logrará assim integrar o nacional e o regional privilegiando ambos os espaços por sobre a lógica selvagem e implacável do mercado imposta pela transnacionalização econômica, mediante um processo de articulação de diferenças e de complementaridade e não como unidade homogeneizadora. Em um mundo globalizado a constituição de um espaço regional só pode ser o resultado de uma decisão que cerre, sempre de modo provisório e instável, os antagonismos e aposte em um pluralismo no qual se articulem universalidade e particularidade.

---

(1) De acordo com o pensamento de vários autores, diante desta concepção à cerca da globalização, parece irremediável o papel destinado pelas nações primeiromundistas aos países emergentes cabendo-lhes a mera posição de coadjuvantes no processo de desenvolvimento. Com o discurso da modernidade trazido pela globalização, reafirmou-se uma concepção de mundo em que se acreditava que o progresso científico e tecnológico traria ao mesmo tempo a superação de toda a diferença e conflito. Pelo contrário, o extraordinário desenvolvimento vivenciado pelos países ricos, ao longo de décadas, trouxe às nações periféricas miséria, desajustes e profundos desequilíbrios. Durante muito tempo a América Latina, particularmente, se apresentou como o complemento ideal de um sistema econômico que necessitava de sua abundância em troca da qual se desenvolveu miséria, atraso e dependência, muito embora sustentava-se a ilusão de que as etapas aparentemente lineares de desenvolvimento se cumpriram irreversivelmente e que portanto os países do terceiro mundo também se desenvolveriam. Porém, a modernização foi selvagem e vem acentuando desigualdades e injustiças.

(2) A respeito desse posicionamento, sabe-se na realidade que os países ditos emergentes além de precisar superar as dificuldades externas causadas pelo atraso tecnológico em que se encontravam, necessitavam estabelecer parâmetros de combate a grande crise interna que se alastrava com períodos intermitentes de recessão e desemprego. Notas do autor.

(3) Aquí o sentido empregado ao termo "intra" extrapola o significado e a compreensão atual

(4) O termo "cultura" empregado ao longo desta obra refere-se à compreensão atual das instituições que atuam em contextos relacionais diversificados. Há uma admixção consensual da extensão e do significado da globalização. Ela opera em contextos que se confundem, se interpenetram, estabelecendo relações intra-civilizatórias em tempo e espaço diferenciados, mas que não são conflitantes, pelo contrário, estabelecem espaços imaginários coletivos que preenchem as lacunas deixadas pelo esvaziamento. Cada cultura preenche o espaço de forma diferenciada.

(4) Dados: Relatório anual da UNCTAD, 1993.

(5) O termo "identidade e etnia" denota um significado presente nos estudos sobre processos de articulação interétnicos desenvolvidos por OLIVEIRA.

## **6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

### **6.1- Livros a disposição**

- **BRANDÃO**, Carlos Rodrigues.: **IDENTIDADE E ETNIA: CONSTRUÇÃO DA PESSOA E RESISTÊNCIA CULTURAL**. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1986.
- **OLIVEIRA**, Roberto Cardoso de.: **IDENTIDADE, ETNIA E ESTRUTURA SOCIAL**, Ed. Pioneira, UFB, São Paulo, 1976.
- **IANNI**, Octávio.: **TEORIAS DA GLOBALIZAÇÃO**. Ed. Atlas, 1995.
- \_\_\_\_\_.: **A SOCIEDADE GLOBAL**. Ed. Atlas, 1995.
- **KURZ**, Albert.: **O COLAPSO DA MODERNIDADE**. Ed. Abril, 1993.
- **ORTIZ**, Renato.: **CULTURA E MODERNIDADE**. Ed. Brasiliense, 1996.
- \_\_\_\_\_.: **MUNDIALIZAÇÃO E CULTURA**. Ed. Brasiliense, 1997.
- \_\_\_\_\_.: **UM OUTRO TERRITÓRIO: ENSAIOS SOBRE A MUNDIALIZAÇÃO**, Ed. Olho d'água, São Paulo, 1997.
- **FEATHERSTONE**, Mike.: **CULTURA DE CONSUMO E PÓS-MODERNISMO**, Ed. Studio Nobel, São Paulo, 1995.
- **LACLAU**, Ernesto.: **NOVAS REFLEXÕES SOBRE A REVOLUÇÃO DE NOSSOS TEMPOS**. Ed. Nova Visão, Buenos Aires, 1993.
- **LEFORT**, Claude.: **A INVERSÃO DEMOCRÁTICA**, Ed. Nova Visão, São Paulo, 1994.
- **MELLO**, Antônio Lúcio Martin de.: **PRÁTICAS CONTÁBEIS & RENASCIMENTO**, Ed. Grafisa, Belém-Pa, 1982.
- **SASKIA**, Sassen.: **THE GLOBAL CITY: NEW YORK, LONDON, TOKYO**, New Jersey. Princeton University press., 1991.

### **6.2) Artigos a disposição**

- **MONTALDO**, Oscar.: **A REALIDADE ECONÔMICA INTERNACIONAL E A PROFISSÃO CONTÁBIL**. Rev. Bras. de Contabilidade, pag. 25-32, 1994.
- **MARTINS**, Eliseu.: **GLOBALIZAÇÃO DE MERCADOS E HARMONIZAÇÃO DAS PRÁTICAS CONTÁBEIS**. Anais do XXX Seminário Interamericano de Contabilidade. Novembro/91. São Paulo.
- **NASI**, Antônio Carlos.: **A GLOBALIZAÇÃO DOS MERCADOS E SUA INFLUÊNCIA NAS NORMAS DE AUDITORIA**. Rev. do Conselho Reg. de Contabilidade do Rio Grande do Sul. Janeiro/Março. p. 32-39, 1997.
- **MUSSOLINI**, Luiz Fernando.: **A FUNÇÃO SOCIAL DA CONTABILIDADE**. Rev. Bras. de Contabilidade. Ano 23, n.89, novembro/1994.
- **OLIVERA**, José Luis.: **LOS MERCADOS DE VALORES DEL CONE SUR ANTE LOS PROCESOS DE INTEGRACIÓN REGIONAL**. Rev. Bras. de Contabilidade. Ano 24, n. 89, novembro/1994.

**PROCESOS DE INTEGRACION REGIONAL.** Rev. Bras. de Contabilidade. Ano 24, n. 91, Janeiro/Fevereiro/1995.

- **ORTIZ, Renato.: NOTAS SOBRE A PROBLEMÁTICA DA GLOBALIZAÇÃO DAS SOCIEDADES.** Rev. cultura Vozes, n.3, vol. 91, p.25-35, Maio-Junho/97.

- **SÁ, Lopes de.: A CONTABILIDADE NUM CENÁRIO DE MUDANÇAS.:** Rev. Bras. de contabilidade. Ano 23, n.88, outubro/1989.